

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA



VER VOZES: UMA ESCUTA PSICANALÍTICA POSSÍVEL À SURDEZ

Cíntia Yuri Soga Bomfim Machado
Orientador: Fábio Belo

BELO HORIZONTE, MG
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA



VER VOZES: UMA ESCUTA PSICANALÍTICA POSSÍVEL À SURDEZ

Monografia apresentada à banca examinadora,
como parte dos requisitos para obtenção do
grau de Especialista em Teoria Psicanalítica do
Programa de Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade Federal de Minas Gerais

Cíntia Yuri Soga Bomfim Machado
Orientador: Fábio Belo

FOLHA DE APROVAÇÃO

Cíntia Yuri Soga Bomfim Machado

Ver vozes: uma escuta psicanalítica possível à surdez.

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais para obtenção do título de Especialista em Teoria Psicanalítica.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Fábio Belo

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Assinatura: _____

Prof^a. Ms. Cynthia Tannure

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof^a. Ms. Liliane Camargos

Instituição: _____

Assinatura: _____

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
INTRODUÇÃO.....	5
CAPÍTULO 1: IMPLICAÇÕES DA SURDEZ.....	8
CAPÍTULO 2: BREVE REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE PULSÃO	16
CAPÍTULO 3: A SUBJETIVIDADE DO SURDO EM CONSTRUÇÃO	21
CAPÍTULO 4: PRÁTICA CLÍNICA	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

RESUMO

A propagação da Psicanálise possibilitou ampliar sua intervenção entre sujeitos com necessidades específicas, dentre os quais se encontram os surdos, cujo trabalho analítico convoca novas habilidades do profissional que atua na área. O presente trabalho objetivou investigar como se dá a constituição subjetiva desses sujeitos e verificar as implicações sobre a prática psicanalítica junto a essa população. Para tanto, foi necessário considerar que os surdos apresentam língua e cultura próprias, não compartilhadas com o restante da população. A ausência da audição coloca em evidência outros sentidos, que os ajuda a apreender a realidade de forma peculiar. Segundo Laplanche, a constituição psíquica desses sujeitos depende do investimento narcísico por parte do adulto, que, através de seus cuidados, implanta a pulsão de escutar na criança. A prática psicanalítica busca reinstalar a situação originária, propiciando novas conexões com o recalado. Na situação originária, a criança, com seu psiquismo primitivo, confronta o mundo adulto, repleto de mensagens enigmáticas, que lhes são traumáticas. Visto que a comunicação dos surdos se dá através da Língua de Sinais, impõe-se ao analista o domínio dessa linguagem. Em seu trabalho com essa população, o analista deve lançar mão da escuta flutuante, que juntamente com a associação livre para o analisando, compõe a regra fundamental do trabalho analítico. O presente estudo não intencionou esgotar o assunto, mas lançar bases para reflexões futuras que busquem uma interlocução entre a constituição subjetiva dos surdos e a clínica psicanalítica. Consideramos que a questão da surdez pode trazer contribuições positivas para o arcabouço teórico da Psicanálise.

Palavras-chave: Psicanálise; Surdo/Surdez; Laplanche; Prática Clínica.

INTRODUÇÃO

Enquanto eu, sendo surdo, perpasso pelos meus semelhantes surdos, introduzo-me nos seus discursos, participo dos seus olhares (não acadêmicos, mas aqueles olhares simples que afirmam, duvidam, se desconectam, criticam...), das suas 22 políticas, dos seus momentos de estudos, e percebo que, nas suas narrativas ou mesmo na sua radicalidade, há um discurso sobre esta “propriedade”. No vai e vem dos assuntos, há um “núcleo”, sempre envolto nesta condição, como um “cordão umbilical” que aportasse todas as vitórias na questão da cultura, da identidade e ainda de suas conquistas políticas.

(Rodrigo Rosso Marques)

Desde sua criação, a Psicanálise recebeu importantes contribuições que possibilitaram o trabalho com indivíduos com necessidades distintas. Transpondo a perspectiva biológica de seu criador dada à formação do aparelho psíquico, Laplanche (1988) propõe uma base relacional em sua constituição, dando ênfase ao papel do adulto cuidador, que implanta pulsão no bebê. Freud usou o termo pulsão para designar uma energia psíquica que se liga a objetos ou ao eu. A pulsão seria constituída por uma dimensão somática, que impele o Eu à ação, e por uma dimensão psíquica, correspondente a um desejo sexual que procura satisfação. Laplanche retira o aspecto somático da pulsão e a pensa na relação de alteridade com o outro (Roudinesco & Plon, 1998; Laplanche, 1988, 1992a).

O investimento libidinal que o bebê recebe tem início antes de seu nascimento e ocorre a partir do lugar que lhe é reservado nas fantasias e desejos dos pais (Lacan, 1966). Com a existência da criança no contexto familiar, esse desejo passa a ser veiculado pelo modo como o adulto cuidador se ocupa dela, ao mesmo tempo em que o desejo se mantém escondido nas diversas formas de cuidado, manobras, atenções e atitudes (Laplanche, 1992a). Considerando que, para Laplanche (1988), o psiquismo é constituído a partir do investimento do outro no bebê, a surdez pode ter implicações importantes para a formação desse sujeito, uma vez que pode ocasionar modificações na natureza do investimento libidinal que este recebe.

A nomenclatura que se refere à população com uma marca de diferença no corpo se modificou ao longo dos anos e pode representar a tentativa de inclusão social dessas pessoas, bem como a elaboração da dor gerada por essa condição. Atualmente, o termo mais aceito é *pessoas com deficiência*, demonstrando que a pessoa possui uma deficiência. Segundo Marzolla (2010), o termo *portador de deficiência* também estaria adequado, pois sugere que se trata de “alguém que leva, carrega algo consigo” (Marzolla, 2010, p. 15).

No que se refere ao caso específico da deficiência auditiva, adotou-se a nomenclatura *surdo* ao invés de *deficiente auditivo*, pois a maior parte das pessoas com déficit auditivo, sobretudo, aquela que utiliza a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), autodenomina-se dessa forma (Marzolla, 2010). Trata-se de uma população com identidade e língua próprias não compartilhadas com o restante da população. Em contraposição a essa nomenclatura, trataremos as pessoas não-surdas como ouvintes, uma vez que os surdos se referem a elas desse modo.

Considera-se surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo quando há alteração desse sentido sem haver comprometimento total da funcionalidade da audição, com ou sem prótese auditiva. A classificação do grau da surdez depende de avaliação instrumental com base nas médias dos limiares audiométricos. Em geral, a audição normal corresponde à habilidade para detecção de sons até 20 dB N.A (decibéis, nível de audição), enquanto que os graus de surdez compreendem os seguintes parâmetros limiares: surdez ligeira (21 a 40 dB), moderada (41 a 70 dB), severa (71 a 90 dB), profunda (91 a 119 dB) e total (> 120 dB). Crianças portadoras de perda auditiva profunda ou severa, geralmente, encontram maiores dificuldades para a aquisição da linguagem do que aquelas que apresentam perda de audição moderada (Brandão, 2010; Vieira, 2011).

As causas da surdez são múltiplas, podendo ser congênita, peri ou pós-natal. A surdez pode aparecer em qualquer fase da vida e, de acordo com o momento de seu aparecimento em relação à aquisição da linguagem e da capacidade de leitura, pode ser classificada em surdez pós-lingual, perilingual e pré-lingual. A surdez pós-lingual ocorre quando a perda auditiva se dá no sujeito que fala e lê. Essa surdez acarreta menos alterações no desenvolvimento da linguagem, pelo fato de já existir o conhecimento dos aspectos segmentares e supra-segmentares da fala, facilitando a compreensão através da leitura orofacial. A surdez perilingual ocorre em crianças que falam, mas ainda não leem, enquanto que a surdez pré-lingual ocorre no início do processo de aquisição da linguagem, quando inexistente a memória auditiva, dificultando a estruturação da linguagem oral e escrita (Brandão, 2010; Vieira, 2011).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), a surdez atinge cerca de 9,7 milhões de brasileiros, o que corresponde a aproximadamente 5,1% da população, dos quais cerca de 2 milhões possuem surdez severa.

Para fins desse estudo, foi considerada a surdez profunda e total adquirida na fase pré-lingual, na medida em que é nesse momento que ocorre a constituição do aparelho psíquico. Foram excluídas comorbidades relacionadas à saúde física e mental que possam influenciar na formação do aparelho psíquico. Da mesma forma, optou-se por refletir sobre sujeitos filhos de pais ouvintes, por serem a maioria dos casos (95%), além do fato de que essa relação implica

questões diferentes de surdos com pais surdos (Brandão, 2010; Marzolla, 2010). Segundo Marzolla (2010), no primeiro caso, os pais encontram maiores dificuldades para investir libidinalmente no filho surdo, frente ao desafio de compreender as peculiaridades dessa condição.

Caracterizada pela diminuição da capacidade normal do sujeito em perceber os sons (Vieira, 2011), Nunes (2004) afirma que “a surdez não impede a constituição do aparelho psíquico, mas convoca outros meios para que isso se dê” (Nunes, 2004, p.65). Na relação com esses sujeitos, é possível que haja uma ênfase na presença de elementos da comunicação não-verbal.

Atualmente, as teorias psicanalíticas apresentam uma pluralidade, sendo importante demarcar que a questão da surdez pode trazer contribuições positivas para seu arcabouço teórico. Segundo Bleichmar e Bleichmar (1992) citados em Mezan (2014)

é evidente o progresso da psicanálise nos últimos anos. A partir das bases estabelecidas por Freud [...] a teoria psicanalítica seguiu seu desenvolvimento, focalizando novos problemas, com mudanças e descobertas constantes. Foram criados outros modelos da mente e da relação de objeto, da fantasia inconsciente e do desenvolvimento psicológico. Ampliou-se o espectro de pacientes acessíveis ao método psicanalítico (psicóticos, limítrofes) e dos fenômenos que são abordados (problemas caracterológicos, estruturas narcísicas etc). A ideologia psicanalítica variou de uma perspectiva mais psicopatológica, destinada a resolver sintomas, até um trabalho de maior aprofundamento na estrutura da personalidade, que possibilita ampliar perspectivas vitais e aumentar a criatividade do indivíduo (Bleichmar & Bleichmar, 1992, p. 17).

Tendo-se em vista que alterações de modalidade sensorial podem acarretar mudanças qualitativas na constituição do eu, aumentando o peso de outros organizadores na vida do sujeito (Bisol & Sperb, 2013), o presente estudo pretendeu investigar como se dá a constituição subjetiva desses sujeitos, buscando compreender como a surdez interfere na estruturação de seu aparelho psíquico, que envolve o investimento narcísico por parte do adulto cuidador, bem como verificar suas implicações sobre a clínica psicanalítica junto a essa população.

Para tanto, fez-se necessário compreender as implicações da surdez para o sujeito surdo, através do resgate de conceitos fundamentais da psicanálise, em cujas bases se estrutura o

aparelho psíquico e a construção do sujeito. Abordamos, no primeiro capítulo, o fenômeno da surdez e os sentidos que ele convoca para a apreensão do mundo. No segundo capítulo, tratamos do conceito de pulsão segundo Freud e acrescentamos algumas contribuições de Laplanche, estabelecendo uma articulação com o terceiro capítulo, no qual desenvolvemos o papel do outro na construção do sujeito surdo. No quarto capítulo, refletimos sobre algumas implicações da prática clínica psicanalítica com essa população, bem como sobre o papel do analista em seu atendimento. Por fim, nas considerações finais, retomamos os principais pontos desenvolvidos no estudo, apontando para as contribuições, limitações e possíveis derivações desse trabalho.

CAPÍTULO 1: IMPLICAÇÕES DA SURDEZ

Por muito tempo, as questões sobre a surdez foram narradas e conduzidas historicamente por ouvintes, que a consideravam como uma falha ou um defeito no corpo. A sociedade estabeleceu como padrão desejável a capacidade de ouvir, excluindo a possibilidade de expressão através do corpo sensitivo e tátil. Tal padrão de normalidade estava associado aos discursos de medicalização, que subjugava os surdos ao desejo utópico de se tornarem ouvintes, marca esta que lhes concedeu um status de inferioridade, contra o qual ainda lutam (Marques, 2008).

De acordo com esse discurso, o surdo, “não podendo ouvir, tem dificuldade na aquisição de noções, ideias, conhecimentos ensejados quase somente pela palavra falada, ouvida ou compreendida, o que o torna cultural e afetivamente restrito” (Carmargos & Belo, 2010, p. 388). Para as pessoas que sustentam tal perspectiva, quando esses sujeitos não recebem educação [segundo os preceitos instituídos por ouvintes], não são capazes de desenvolver o pensamento e, conseqüentemente, a linguagem interna. Portanto, a educação se constituiria em instrumento de melhora dessa condição, embora não a superasse (Carmargos & Belo, 2010).

Essa visão também considera que somente com palavras pode-se chegar ao pensamento abstrato, excluindo da normalidade os surdos que não receberam educação ou não foram capazes de adquiri-la “por defeito cerebral” (Carmargos & Belo, 2010, p. 388, 389). Esses sujeitos seriam considerados como possuidores de uma inteligência rudimentar, sendo equiparados “a um idiota ou a um imbecil acentuado” (Carmargos & Belo, 2010, p. 398).

Benvenuto (2006) citado em Camargos e Belo (2010) lembra que os discursos sobre os surdos os atrelam ao estatuto “jurídico-biológico” do monstro. Pautando-se em Foucault

(1975/2001), os autores esclarecem que monstro é aquele que viola as leis da sociedade e da natureza e, no caso dos surdos, infringem a lei da fala.

Dada a importância que esses discursos atribuem à linguagem oral para a definição de homem, a dificuldade que os surdos apresentam para adquiri-la levou a sociedade a considerá-los menos humanos por séculos (Carmargos & Belo, 2010). Mas

Isso começa a mudar no século XVIII, com o abade de l'Épée, padre jansenista, que construiu, por volta de 1760, a primeira escola gratuita para surdos, utilizando a língua de sinais como língua de instrução. O abade fundou as bases do ensino bilíngue. Mas, mesmo depois dos bons resultados dessa escola, ainda ocorreram discursos defendendo que “a faculdade da linguagem é de origem divina e, portanto, não pode ser desonrada”, como é o caso de Gottfried von Herder que, no século XIX, compara os surdos aos loucos e aos “macacos grosseiros” (Benvenuto, 2006, p. 235).

A escola de Épée, entretanto, abre caminho para as instituições que vão educar os surdos e dar-lhes a possibilidade de linguagem compartilhada. [...] É importante lembrar que elas também farão parte, como todos os outros aparelhos destinados a “corrigir o incorrigível”, das tecnologias de produção de subjetividade, com suas inevitáveis técnicas de docilização dos corpos (Carmargos & Belo, 2010, p. 389).

A partir do reconhecimento de que os surdos apresentam aspecto linguístico próprio, diferente da linguagem oral, constitui-se em grande conquista o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão dos surdos (Lei 10.436/02), bem como a regulamentação dessa língua pelo Decreto 5.626/05, que estabelece diretrizes básicas para a formação e profissionalização dos usuários da Língua de Sinais (Marques, 2008).

Os avanços das pesquisas acadêmicas na área da Linguística viabilizaram o nascimento de um novo campo de estudos sobre essa população, denominada *Os Estudos Surdos*. Definidos por Skliar (1998) citado em Marques (2008), Os Estudos Surdos constituem um programa de pesquisa em educação que focaliza e compreende, a partir da diferença e do reconhecimento político, “as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas surdas” (Skliar, 1998, p. 5), provocando uma problematização sobre a oposição entre normalidade e anormalidade.

Para Dimenstein (1998), é preciso considerar uma mudança no conceito de saúde, a qual não deve ser concebida como um estado biológico abstrato de normalidade ou ausência de patologias, mas como consequência de um conjunto de condições coletivas de existência que viabilizam a superação de concepções medicalizadas. Segundo Marques (1998), no que tange à surdez, a possibilidade de convertê-la em uma questão epistemológica permitiu questionar a concepção de normalidade reproduzida pelo discurso dominante, colocando em cena um novo olhar que trata da língua, da identidade e da diferença dos surdos.

Essa ruptura introduz, paulatinamente, mudanças na educação e profissionalização dos surdos a partir da inserção de intérpretes e da Língua de Sinais na rotina escolar. Com isso, busca-se superar a área da Educação Especial para essa população, na qual predominam as práticas educacionais dos ouvintes (Marques, 2008). No entanto, a presença de intérpretes nas escolas, canais de televisão, atividades culturais e outros serviços ainda é reduzida, bem como a adaptação de livros e programas televisionados para a linguagem dos surdos, impossibilitando sua inclusão adequada.

Dessa forma, verifica-se que, apesar do reconhecimento oficial da existência de uma cultura surda, na prática, essa população continua a enfrentar obstáculos no que tange ao respeito de suas peculiaridades. As dificuldades que enfrentam se relacionam com a imposição de uma lógica auditiva presente em toda a sociedade, que inclui desde o núcleo familiar até os equipamentos sociais, denunciando a deficiência de programas governamentais que visem a inclusão e a acessibilidade dessa população.

No que tange à família, muitas se opõe ao aprendizado da LIBRAS para comunicar-se com o membro surdo, investindo em sua oralização, ou seja, no desenvolvimento da leitura labial e da capacidade de verbalizar. Entretanto, é preciso considerar que o processo educacional dos ouvintes não é adequado para os surdos, sendo-lhes imprescindível a apropriação da Língua de Sinais em primeira instância. A possibilidade de aprendizado dessa língua oportuniza a aquisição de uma língua que estrutura o pensamento. A partir daí, é possível viabilizar uma educação bilíngue em português e em LIBRAS, que podem coexistir no mesmo ambiente de aprendizagem (Marques, 2008; Santos, Silveira & Aluísio, 2009).

Quando essa peculiaridade não é observada, podem ocorrer casos como o descrito por Marques (2008). Conhecendo profundamente as implicações da surdez para o sujeito, o autor compartilha suas experiências como surdo na esfera da educação dessas pessoas no que tange ao ensino da linguagem.

Em seminários, palestras e encontros dos quais participou, Marques verificou ser comum educadores reclamarem que as crianças surdas têm dificuldade para compreender a Língua de

Sinais, parecendo-lhes que essas crianças possuem problemas para além da surdez. Ao dialogar com os educadores em LIBRAS, o autor verificou que estes lhe pediram para repetir ou oralizar inúmeras vezes, visto que não tinham entendido sua mensagem ou desconheciam o sinal. Marques notou que utilizavam em seus discursos a estrutura do português, bem como sinais isolados como representantes de frases inteiras. Reduzir o sinal a uma palavra da língua portuguesa era o grande entrave da comunicação entre esses pares. O autor compreendeu que a problemática não estava na cognição do aluno, mas na fluência insatisfatória do educador, cuja expressão não podia ser totalmente compreendida pela criança.

Os educadores não percebiam que incorriam em uma justaposição deturpada dos signos, fato que era visível para os alunos. Através da leitura labial, quando os educadores sinalizavam e oralizavam ao mesmo tempo, Marques (2008) notou que eles não completavam seus pensamentos na Língua de Sinais, reproduzindo apenas fragmentos desses pensamentos, o que tornava a tarefa de decifração quase impossível.

A estrutura da linguagem oral não proporciona sentidos coerentes para os surdos, para quem a significação dos movimentos labiais se torna um enigma a ser percebido no contexto mais amplo, que abrange os demais sentidos do corpo. Para os surdos, a linguagem e seu entendimento não estão circunscrito apenas no signo proferido pelo som, no movimento dos lábios ou no contexto da mensagem, mas na imensa significação de informações percebidas pelo corpo e expressões faciais que podem significar uma interrogação, negação, dúvida e emoções diversas. Outros significados podem ser percebidos imediatamente pelo apontar, pelo tocar e pelo sentir. Mas quando as informações perceptuais são ignoradas, cai-se no equívoco de pensar que o entendimento do surdo é dado exclusivamente pela fala oral (Marques, 2008).

É preciso considerar que ser surdo não implica apresentar deficiências intelectuais incapacitantes, mas as “incoerências” observadas em seu discurso e conduta se devem ao fato de que “ser surdo é, em primeiro lugar, não ser escutado” (Mortez, citado em Camargos e Belo, 2010, p. 388). A comunicação entre o ouvinte e o surdo muitas vezes demanda a presença de um intérprete para dizer o que pensa, aumentando a chance de não ser escutado ou mal-interpretado. “Como é típico no caso das minorias oprimidas, sua voz é sempre modulada por outro” (Camargos e Belo, 2010, p. 388, 389).

A dificuldade de compreender o que o surdo comunica acontece devido às diferentes modalidades das línguas oral e de sinais, que são explicadas por Marques (2008):

“Qual sua idade?” está para o falante do português de forma consecutiva, ou seja, “qual” seguido de “sua”, acompanhado de “idade” e finalizado com a “interrogação”. Porém, na Língua de Sinais, provavelmente o educador fará o sinal com a configuração em “Y” ao lado esquerdo (ou direito) do peito. Este sinal significa “idade/aniversário”. Logo virá a indagação de onde encontraríamos as informações “qual”, “sua” e “interrogação”. Eles estão anunciados nas expressões não manuais, o “qual” está no aceno da cabeça para trás, o “seu” está no direcionamento do olhar, e a “interrogativa” está no movimento da cabeça para trás e nas sobrancelhas levantadas. O interessante é que todos esses aspectos são feitos simultaneamente. É aí que entra a problemática da comunicação e da escrita para as pessoas surdas, pois, para o educador, ele (pensando) está falando “Qual sua idade?”, mas para a pessoa surda, apesar do entendimento fragmentado de “idade?”, não lhe está claro que ela deveria escrever “qual” ao movimento da cabeça ou mesmo “sua” e “interrogação” para os gestos da face. Para tanto, torna-se necessário uma atitude diferente por parte dos educadores para que possam perceber os equívocos cometidos no processo de aquisição da língua e alfabetização das crianças surdas (Marques, 2008, p. 97).

Se a fala oral permite ao surdo apreender apenas uma parte do sentido da palavra, o entendimento é compensado por outras expressões da linguagem corpórea. Na ausência de decifração da palavra sonora, a Língua de Sinais vem preencher a lacuna com a presença da palavra visual, representada pelo sinal (Marques, 2008).

O enxerto acima possibilita verificar que a efetividade da comunicação em LIBRAS não depende apenas do conhecimento dos sinais, mas também do domínio de sua gramática para estruturar as frases e estabelecer o diálogo. A Língua de Sinais é a língua dos surdos e trata da substituição de sons por gestos, os quais compõem a principal forma de comunicação utilizada por essa população (Santos, Silveira & Aluísio, 2009).

A Língua de Sinais não é universal e da mesma forma que existem diferentes idiomas para línguas faladas oralmente, existem diferentes Línguas de Sinais correspondentes aos idiomas falados em cada país. Igualmente, há variações dentro delas, assim como há

regionalismos e dialetos em línguas orais. Essas variações se devem a culturas diferentes e a influências diversas no sistema de ensino, por exemplo (Santos et al., 2009).

A LIBRAS apresenta uma formação gramatical tão completa e complexa quanto à língua portuguesa falada e escrita. Essa formação abrange a estruturação de sinais por meio de itens léxicos específicos, bem como a aplicação dessas estruturas por mecanismos morfológicos, sintáticos e semânticos. Ainda, é preciso considerar que um sinal que utiliza recursos gestuais, espaciais e não sonoros é constituído por unidades mínimas referentes às configurações de mão, movimentos, pontos de articulação e/ou expressões faciais (Santos, Silveira & Aluísio, 2009).

Sendo a LIBRAS uma linguagem com base em atributos visuais, é comum a ocorrência de marcas não manuais como a direção do olhar, da cabeça ou do corpo como recurso para a concordância das frases (Santos et al., 2009). A expressividade detalha informações linguísticas, seja por um movimento da cabeça como negação ou afirmação, o inflar das bochechas como intensidade, o movimento das sobrancelhas como indagação, ou os lábios imitando movimentos de motor. A flexibilidade das mãos e braços permitem, através de inúmeras configurações, expressar significados, representá-los ou desenhá-los no espaço em frente ao corpo. Em sua experiência como surdo, Marques (2008) descreve:

(...) posso, em minha mente, criar vários espaços simultaneamente, como uma casa de vários cômodos e entre estes me movimentar entre eles, sair do sofá e abrir uma torneira na cozinha. Crio estas imagens na minha mente e as reproduzo, em minhas mãos; cada espaço, cada ponto que indico há uma referência que lhe concede um significado. [...] Posso, ainda, criar um cenário da natureza e com as mãos, corpo e expressão lhe conferir movimentos como o rio cuja água escorre em direção a um declive, ou o vento que acaricia as flores e flutua as folhas, e posso ainda dar mais vida a esse cenário inserindo uma ave planando sobre o anil ou um peixe ao embalo das águas (Marques, 2008, p. 68, 69).

Entretanto, a combinação de movimentos com configurações de mão ou expressões faciais não é suficiente para formar um sinal, pois existem restrições para a formação de unidades mínimas que variam de acordo com cada Língua de Sinais. A marcação não manual de concordância torna a frase mais carregada, forçando mudanças na ordem da frase, que são responsáveis por gerar estruturas diferentes da língua oral (Santos et al., 2009). A exemplo disso, Santos et al. (2009) citam a seguinte frase em português e em LIBRAS:

João gosta de futebol (português)

João futebol gosta ou Futebol gosta João (LIBRAS)

Embora, o processo de aquisição do português escrito por surdos ocorra de forma semelhante à aquisição da escrita por ouvintes que dominam o português falado, ele sofre uma interrupção na criança surda, visto que tal sistema escrito não consegue expressar a Língua de Sinais. Nesse sentido, um sistema de escrita que se aproxime da Língua de Sinais é uma porta que se abre no processo de letramento de surdos que dominam a Língua de Sinais (Santos et al., 2009).

As reflexões realizadas acerca das especificidades na comunicação dos surdos, leva à compreensão da peculiaridade existente na forma como esses sujeitos apreendem o mundo. Marcada pela ênfase no visual e no tátil, a experiência da surdez agrega ao corpo funcionalidades sensoriais e perceptuais que proporcionam uma interpretação de mundo específica, levando esses sujeitos a uma interação singular com o entorno (Marques, 2008).

Visto que o aspecto visual é um elemento importante através do qual os surdos constroem suas vivências, a experiência que esse sentido proporciona permite-lhes olhar os movimentos por meio de um rápido reflexo, bem como identificar pessoas que passam atrás de si pela sombra, pela imagem do vidro ou em decorrência da direção do olhar do outro. Há muitas partes da experiência visual que dependem do ângulo de alcance dos olhos, que é determinado pelo movimento da cabeça e do tronco, que permite a exploração da experiência visual. Não depende, portanto, apenas do globo ocular, mas do movimento que o sujeito executa, de sua flexibilidade e disponibilidade do corpo (Marques, 2008).

Em decorrência da ênfase no aspecto visual, a presença de movimentos inquietantes intriga e rompe a tranquilidade nos momentos em que o surdo está concentrado. Esses movimentos podem ser representados pelo oscilar de uma árvore ou pelo girar de um ventilador entre o sujeito e a lâmpada (Marques, 2008).

No que tange ao aspecto tátil, este funciona como uma fonte tradutora dos sons, possibilitando, por exemplo, sentir o motor do carro em funcionamento e sua constância, que o diferencia do estado de repouso. Os pés táteis sentem a aproximação de alguém pelas vibrações do assoalho. Este tátil também pode surpreender quando se observa um surdo acompanhando o ritmo musical com os movimentos próprios de cada dança (Marques, 2008).

Tem-se com isso que a vibração das ondas sonoras, como expressão física do som, ajuda esses sujeitos a identificar as significações compreendidas pelos ouvintes. A percepção dessas vibrações pode tanto provocar prazer, paz e lembranças, como também irritações, impotências

e revoltas, já que abrange aspectos de decodificação do som, cuja tarefa se torna difícil e, por vezes, maçante para esses sujeitos. Sobre essa percepção, Marques (2008) descreve

Retornar a sensação seria o passo inicial a compreender novas formas de ouvir, pois percebo que o som se manifesta a mim de muitas maneiras. Posso sentir os instrumentos musicais através da vibração, e esta em si não se apresenta como algo fixo, num ritmo único e contínuo, pelo contrário, ela é uma variante que não consigo definir com exatidão porque ela se apresenta como vibrações finas que vão alterando para mais fortes, outros momentos amenas e também alternam os ritmos cuja continuidade provoca um prazer ao corpo, uma espécie de relaxamento e, ao mesmo tempo, permite que meu corpo possa acompanhar esta sequência musical. Mas, não poderia eu propor que o som seja percebido apenas pelo corpo tátil, pois também meus olhos evidenciam marcas que, apesar de serem consideradas visuais, comportam-se para nós, pessoas surdas, como ondas sonoras, pois o movimento dos galhos das árvores ao vento, debatendo-se constantemente, pode ser considerado um aspecto do som; também o movimento lento das mãos no espaço propaga uma sensação de tranquilidade, como se o som que ali se manifesta fosse sereno e leve (Marques, 2008, p. 107).

É possível verificar que o enigmático “mundo do silêncio”, como denomina o autor, confere ao corpo um lugar privilegiado na apreensão das experiências dos surdos, ajudando-os a interpretar a realidade, para além do recurso da linguagem. Seus olhos estão atentos aos acontecimentos por meio dos movimentos, o tato denuncia a presença de sons no ambiente, o olfato dá indícios, por exemplo, do alimento que está para ser apresentado e o paladar lhes diz se esse alimento está maduro ou bem cozido (Marques, 2008).

A singularidade com que os sentidos dos surdos são convocados para a apreensão do mundo revela a perspectiva peculiar pela qual esses sujeitos vivenciam suas experiências. Os elementos não-verbais presentes no ambiente exercem função preponderante na constituição de sua subjetividade, levando ao questionamento sobre como se dá a formação de seu psiquismo. O capítulo seguinte visa discorrer sobre a estruturação do aparelho psíquico, de modo geral, considerando possíveis diferenças no caso dos surdos.

CAPÍTULO 2: BREVE REFLEXÃO SOBRE O CONCEITO DE PULSÃO

A compreensão do funcionamento psíquico dos surdos passa pela noção de pulsão, que é definida por Freud como um conceito de origem corporal, cuja ligação com a esfera psíquica se dá por meio do afeto e da representação (Albuquerque & Escudeiro, 2012/2013).

Visto que a pulsão é o representante psíquico dos estímulos que se originam no organismo e alcançam a mente, exigindo-lhe trabalho, Freud (2006 [1915b]) se coloca a questão sobre como a pulsão atua no ser humano. Para tanto, define seus elementos como sendo a pressão, a finalidade, o objeto e a fonte.

A pressão é um estímulo que requer do psiquismo uma resposta, constituindo-se no fator motor da pulsão. Sua finalidade é a satisfação, que só pode ser obtida eliminando-se o estado de estimulação na fonte. O objeto da pulsão é inconsciente e consiste no meio pelo qual ela é satisfeita. Esse elemento é o mais variável da pulsão e não está originariamente ligado a ela. Por fonte entende-se o processo somático que ocorre em um órgão ou parte do corpo, e cujo estímulo é representado na vida mental por uma pulsão. Todas as pulsões são qualitativamente semelhantes e devem seu efeito à quantidade de excitação que trazem em si (Freud, 2006 [1915b]).

Freud (2006 [1915a]) formula que no núcleo do Ics. coexistem pulsões com finalidades aparentemente incompatíveis, que se combinam para formar uma finalidade intermediária. Nesse lugar psíquico, não existe negação, dúvida ou certezas, sendo que esse modo de funcionamento é denominado de processo psíquico primário.

Considerando que, para Freud, a pulsão luta pela “consecução do ‘prazer do órgão’” (Freud, 2006 [1915b], p. 131), coloca-se a questão se os surdos teriam prazer no ouvido, uma vez que esse órgão não é funcional em seu corpo. Da mesma forma, emerge a dúvida se a compensação da surdez por outros órgãos dos sentidos implica em modificações constitutivas nesses sujeitos. A reflexão sobre esses questionamentos será abordada adiante, quando consideraremos a existência de uma pulsão de ouvir. Antes, no entanto, trataremos a contribuição de Laplanche (1985, 1988, 1992a) para o conceito de pulsão.

Segundo o autor, o modelo de toda pulsão se pauta na sexualidade implantada pelo outro, que tem como apoio alguma função corporal essencial à vida. O confronto do psiquismo infantil, ainda em formação, com a complexidade do psiquismo adulto e seus componentes inconscientes, resulta na ausência de tradução desses materiais psíquicos, constituindo o que Laplanche denomina de recalçamento originário. Trata-se de uma primeira clivagem que

culmina na tópica, ou seja, na distinção entre os sistemas inconsciente e pré-consciente/consciente.

Para Laplanche, o recalçamento originário ocorre em pelo menos dois tempos. O primeiro seria um momento passivo, traumático em si, quando haveria a implantação de significantes enigmáticos. Nele, o terror confronta um sujeito não preparado com uma ação sexual altamente significativa, mas cuja significação não pode ser assimilada. A lembrança desse momento não é em si patogênica ou traumatizante, mas é deixada em espera e adquire esse caráter por sua revivescência na ocasião de uma segunda cena, que entra em ressonância associativa com a primeira. Esse é o segundo tempo, que está ligado à reatualização e reativação destes significantes pela criança. Devido suas novas possibilidades de reação, ela pode agir de forma diferente à primeira experiência, e as lembranças funcionam como fonte de energia libidinal interna, autotraumatizante. Trata-se do recalçamento *a posteriori*, da vida cotidiana, que pressupõe a pré-existência do inconsciente e do momento fundador do recalçamento originário.

[O] ponto de partida [da pulsão] é a “sedução originária”, a ser concebida não como manobra sexual particular da parte do adulto, mas como o fato que a criança imatura é confrontada a mensagens carregadas de sentido e de desejo, mas das quais não possui a chave (“significante enigmático”). O esforço para ligar o traumatismo que acompanha a sedução originária leva ao recalçamento destes primeiros significantes e de seus derivados metonímicos. Estes objetos inconscientes ou representações-coisas inconscientes constituem a fonte da pulsão (objetos-fontes) (Laplanche, 1988, p. 101).

Antes do recalçamento originário haveria um estado sem inconsciente, do qual os primeiros anos da infância poderiam fornecer a referência. Nesse estado, surgiriam representações implantadas pelo adulto, que consistem em uma espécie de mensagem enigmática escondida por trás de suas ações. Tal mensagem é necessariamente traumatizante para o psiquismo primitivo do bebê, pois tende a se comutar em pura excitação, e a tentativa de traduzi-la culmina com a compulsão à repetição (Laplanche, 1992a).

Embora as mensagens que o adulto endereça à criança possam ser diferentes frente à presença ou à ausência da surdez, seu conteúdo lhe será igualmente enigmático em decorrência da falta de recursos para traduzi-las. Assim, consideramos que não haverá diferença entre a constituição psíquica do surdo e do ouvinte, embora a natureza dessas mensagens possa incorrer em consequências distintas na vida posterior.

O modo como o adulto se ocupa da criança apresenta um significado não assimilável pelo bebê em um primeiro tempo. Esse fenômeno de comunicação presente na gênese do inconsciente leva ao fechamento desse sistema sobre si mesmo, convertendo tal comunicação em circulação. O inconsciente é repetitivo e abrange significados sexuais enigmáticos, implantados pelo adulto, que são totalmente incompreendidos e constituem uma sequência de representações-coisa. Seus processos apresentam uma clareza ofuscante, enunciados pelo processo primário, que é rigorosamente correlativo de um princípio de conservação da energia psíquica, em que esta não é criada, mas redistribuída e investida nos objetos de diferentes formas (Laplanche, 1992a).

O processo primário que rege o inconsciente está adaptado aos significantes diretamente originários da percepção, que se unem às imagens e às representações figuradas no que Freud denomina *consideração da figurabilidade*. A consideração da figurabilidade consiste em transformar os elementos do pensamento não representados por imagens – mas pela linguagem verbal tal como ocorre no pensamento diurno –, de modo que possam ser representados no sonho, sendo este a via de acesso ao inconsciente (Laplanche, 1992a).

No que tange ao caso dos surdos, esses elementos de pensamento diurnos são caracterizados pela concatenação de figuras, imagens e gestos internalizados que apresentam um sentido lógico. Nesses sujeitos, a consideração de figurabilidade estabeleceria uma ruptura no encadeamento dessas ideias, disponibilizando as imagens mnêmicas para serem representadas no sonho. Cabe ressaltar que a forma de apreensão do mundo pelos surdos, com ênfase nos aspectos visuais e imagéticos, constitui um meio privilegiado para a representação desses elementos nos processos inconscientes, visto que, conforme Camargos (2008), a relação entre o visual e o inconsciente é essencial.

A linguagem verbal é aquilo que se acrescenta ao processo primário para secundarizá-lo. Esse trabalho é realizado pelo sistema pré-consciente, que age como um protetor do consciente, afastando as moções desagradáveis que possam importuná-lo. Seu funcionamento é mais estável e organizado que o processo primário e uma de suas características relaciona-se ao processo secundário, que vincula os conteúdos do inconsciente às representações-palavra. Estas são suscetíveis de pronúncia, inclusive na linguagem interior, podendo reaparecer na consciência. Portanto, ao entrarem em conexão com as representações-coisa, são capazes de fazer irradiar a tomada de consciência (Freud, 2006[1923]; Laplanche, 1988, 1992a; Roudinesco & Plon, 1998).

Segundo preconiza Freud (2006 [1915b], [1923]), as representações-palavra parecem ser melhor acolhidas pelo sentido da audição, visto que os resíduos verbais derivam

primariamente das percepções auditivas, de maneira que o sistema pré-consciente possui uma fonte sensória especial. Os componentes visuais das representações-palavra, bem como as imagens da dicção, são adquiridos mediante a leitura e desempenham papel secundário na maioria dos indivíduos. No entanto, tais componentes funcionam como indicações auxiliares para os surdos, para quem as representações-palavra parecem ser substituídas por um encadeamento de ideias visuais que acompanham a comunicação e as ações das pessoas, bem como as alterações no ambiente.

É preciso considerar que, no caso dos surdos, a percepção dos estímulos auditivos está ausente, sendo que, para estes sujeitos, não existe memória auditiva e resíduos verbais. Portanto, o aprimoramento de outros sentidos, especialmente o visual, é inerente à condição de surdez. A percepção do mundo por esses sujeitos se dá por meio da visão, tato, olfato e paladar. Nessas pessoas, a visão encontra-se aguçada e fornece o maior número de informações instantâneas e simultaneamente ao indivíduo, ajudando-o na apreensão dos dados do ambiente capaz de proporcionar uma compreensão do todo (Camargos, 2008).

No entanto, o visual parece potencializar o auditivo, modificando as interpretações depreendidas por esse sentido. Propomos que o visual, enquanto expressão privilegiada dos conteúdos imagéticos do inconsciente, pode se relacionar de muitas formas com o auditivo, parecendo colonizá-lo. Nessa perspectiva, é comumente aceito que uma pessoa só consegue ouvir com atenção se também dirigir o olhar ao seu interlocutor, o que pode ser depreendido de falas como “olha para mim enquanto eu falo”. Outras vezes, a visão pode acrescentar um sentido contrário ao que seria tido como literal se depreendido somente por meio da audição, como realizar uma promessa cruzando os dedos, que indica que a pessoa não irá cumpri-la.

A interação entre visão e audição também é denunciada pela presença da sinestesia: “você viu o que ele disse?” e “as ações dizem mais que as palavras”. Nessas colocações, a audição parece ganhar um status visual, enquanto que o visual assume uma significação auditiva, como se fosse possível visualizar o que é dito ou escutar o que é visto. Em casos de supressão da audição, o aguçamento da visão parece funcionar como forma de compensar a perda daquele sentido, como no caso dos surdos.

Não podemos deixar de lembrar que a biologia determina que o auditivo, quando não há surdez fetal, antecede, em muito, o visual. Quais são as derivações psíquicas disso? O fato de o bebê não poder ver a mãe nem por ela ser visto, mas que haja, não raro, um tipo de comunicação entre os dois? Em especial da voz endereçada à criança. Essa prioridade do auditivo teria implicações na constituição subjetiva e na relação originária?

Aqui, compreendemos ser importante realizar uma distinção entre ouvir e escutar. Para tanto, faremos uso da descrição realizada por Silva (2007):

Ouvir está mais ligado aos sentidos da audição, ao próprio ouvido. "Entender, perceber pelo sentido do ouvido" (Michaelis - Moderno Dicionário da Língua Portuguesa - grifos nossos). Embora também possua os significados de "(...) escutar o discurso, as razões, os conselhos, etc" (Michaelis - Moderno Dicionário da Língua Portuguesa - grifos nossos). Porém, aqui, já entra a função do termo escutar.

Escutar, por sua vez, significa "(...) prestar atenção para ouvir; dar atenção a; ouvir, sentir, perceber..." (Michaelis - Moderno Dicionário da Língua Portuguesa - grifos nossos). Ou ainda: "tornar-se ou estar atento para ouvir; dar ouvidos a; aplicar o ouvido com atenção para perceber ou ouvir..." (Novo Aurélio - grifos nossos).

Percebe-se, então, que o ouvir é mais superficial do que o escutar. Para escutar, faz-se necessária a utilização de uma função específica, a saber, a da atenção. Requer, assim, ouvidos mais apurados, atentos ao que o outro fala... Escutar implica em ouvir, contudo a recíproca não é verdadeira. Quem escuta, ouve; mas quem ouve não necessariamente escuta. Daí o dito popular: "entrou por um ouvido e saiu pelo outro" (Silva, 2007, s/n).

Para Laplanche (1992a), as representações auditivas e verbais só estão presentes no inconsciente a título de representações-coisa. Com isso, inferimos que, inicialmente, a ausência da memória auditiva em surdos parece não exercer papel preponderante em sua estruturação subjetiva, visto que os resíduos verbais são tratados como representações-coisa no inconsciente dos ouvintes. Nessa instância, não há distinção qualitativa entre materiais mnêmicos provenientes das diversas partes do sistema percepção-consciência, sendo todos regidos pelo mesmo modo de funcionamento, o processo primário.

Portanto, é preciso considerar que as deficiências sensoriais, como é o caso da surdez, parecem contribuir para a distinção entre representação-coisa e representação-palavra. Seguindo essa reflexão, o primeiro conceito se relaciona com aquilo que é intraduzível e está próximo do objeto-fonte da pulsão. Trata-se de um primeiro continente do sexual, que ainda não possibilita sua tradução, ocorrendo de forma semelhante para surdos e ouvintes. Já a representação-palavra não se restringe à palavra oralizada propriamente dita – ainda que

internalizada –, como teria preconizado Freud, mas consiste na presença de um sentido articulado. Nessa perspectiva, a representação-palavra para surdos e ouvintes apresentam conteúdos distintos, sendo representada, respectivamente, pela sequência de imagens e pela palavra, cumprindo ambas a mesma função: ligar-se aos conteúdos inconscientes para torná-los pré-consciente/consciente.

Mas, se o código da linguagem verbal não é essencial para a estruturação do psiquismo, o que seria? Laplanche (1992a) ressalta a importância da experiência infantil singular do sujeito para esse processo, momento em que teria destaque o papel do outro. Trataremos dessa questão no próximo capítulo.

CAPÍTULO 3: A SUBJETIVIDADE DO SURDO EM CONSTRUÇÃO

Ao nascer, a criança tem seu psiquismo primitivo confrontado pelo mundo adulto, cujos significados e comunicação transbordam sua capacidade de apreensão e controle. De todos os lados afluem mensagens veiculadas por meio de gestos e mímicas com função significativa, denominados, por Laplanche (1988), de *significantes enigmáticos*. Esses significantes são enigmáticos porque o mundo adulto é inteiramente infiltrado de significados inconscientes e sexuais dos quais ele próprio não conhece o código. Soma-se a isso o fato de que a criança não possui as respostas fisiológicas ou emocionais correspondentes às mensagens sexualizadas que lhe são propostas, pois seus meios de constituir um código substituto ou provisório são fundamentalmente inadequados. Nesse momento, é estabelecida a situação originária, quando ocorre a confrontação da criança com o mundo adulto (Laplanche, 1988).

O bebê apresentado por Laplanche é desadaptado e prematuro, sendo confrontado com tarefas de nível demasiadamente alto em relação ao seu grau de maturação psicofisiológica. Segundo Laplanche (1992a), haveria para o ser humano dois tipos de prematuração que marcam a diferença entre o plano da autoconservação e do sexual. No primeiro caso, a prematuração está ligada ao problema da sobrevivência, enquanto que no domínio sexual, é o confronto com a sexualidade para a qual a criança não tem a reação adequada. Essas prematurações explicam a necessidade de o ser humano receber ajuda do adulto para subsistir, sendo que sua falta configura o que Freud chama de desamparo, abandono e pânico (Camargos, 2008).

O confronto adulto-criança engloba uma relação essencial de atividade-passividade, ligada ao fato de que o psiquismo parental é mais rico que o da criança, além de carregar a

clivagem do próprio inconsciente do adulto, algo do seu recalado. Para Freud (1900), inicialmente, a criança seria passiva com relação aos estímulos externos e ativa por meio de suas reações. No caso da surdez, há um despreparo por parte da criança, tanto biológico, de um ouvido que não sabe ouvir, quanto psíquico, de sentidos vinculados ao ato de ouvir, que serão recebidos passivamente. Portanto, a criança é sempre passiva no começo. A atividade inicial do ouvido não poderia ser chamada de sexual e não seria ainda uma pulsão, visto que o ouvir é aprendido, e deve também ser ensinado, sendo preciso um outro que lhe transmita suas mensagens. Esse momento de passividade estaria situado no plano autoconservativo do sujeito, e não no plano da sexualidade (Camargos, 2008, Laplanche, 1988).

A relação da criança com o adulto é marcada, por um lado, pela presença de interação e troca, e por outro, não. Do ponto de vista da criança, ocorre “o confronto do recém-nascido, da criança no sentido etimológico do termo, aquele que ainda não fala, com o mundo adulto” (Laplanche, 1992a, p. 96). A criança percebe o mundo, inicialmente, de forma débil, sem sentido, vinculado ao plano autoconservativo, adaptativo. No caso da criança surda, esta não sabe o que não ouve, e o sentido do ouvir e ser ouvido será traduzido por seu aparelho psíquico em formação. Nela, está presente um aparelho auditivo, que será conhecido aos poucos, apesar da impossibilidade de seu funcionamento. Seu descompasso em relação ao adulto ouvinte será marcado pelo fato desse adulto ter as informações perceptivas de seu aparelho auditivo desenvolvido, colocando-a em posição de passividade frente a ele. O movimento de tradução do sentido do ouvir por essa criança ficará desprovido das informações perceptivas auditivas. É como se sua prematuração perceptiva auditiva persistisse, mas ela aprendesse a ouvir sem escutar (Laplanche, 1992a; Camargos, 2008).

Do adulto para a criança, situa-se o domínio sexual e a presença de um psiquismo mais rico, em que está presente a pulsão de escutar, que assumirá uma posição ativa. As mensagens enigmáticas relacionadas ao prazer de ouvir e ser ouvido serão, sem o saber, transmitidas por esse adulto desejante, e recebidas e simbolizadas pela criança na medida de suas possibilidades psíquicas e biológicas. Além disso, deve-se considerar os efeitos da entrada da criança em seu mundo, que pode despertar no adulto um sentimento conflitivo, justamente porque este foi uma criança um dia. Porque a criança continua presente no adulto, este será particularmente desviante diante dela e, na relação com esse outro que ele mesmo foi, é levado à operação falha, até o sintoma (Laplanche, 1992a; Camargos, 2008).

Verifica-se que o mundo adulto não é um mundo objetivo que a criança teria que descobrir e aprender, mas se caracteriza pela presença de mensagens que a questionam antes que possa compreendê-las. A criança deve dar sentido e resposta a essas mensagens, que são

traumatizantes e sedutoras justamente por seu caráter desviante. Marcados pela presença do sexual inconsciente, os gestos do adulto são incontroláveis para a criança e produzem sobre os lugares erógenos o movimento de clivagem e deriva que origina a atividade autoerótica. “O veículo obrigatório do autoerotismo, o que o estimula e faz existir, é a intrusão e depois o recalçamento dos significantes enigmáticos trazidos pelo adulto” (Laplanche, 1988, p. 80).

As zonas erógenas seriam lugares de trânsito e trocas, onde se focalizam os cuidados de higiene do adulto, motivados conscientemente pela solicitude de uma postura maternal. Nelas, as fantasias de desejo inconsciente funcionam plenamente. No desempenho dos cuidados corporais, o adulto provoca, e talvez desperta pela primeira vez, sensações de prazer no órgão genital, bem como um prazer tátil no ouvido (funcione ou não). Chega-se à teoria da sedução generalizada, em que a sedução, inscrita na própria situação, é veiculada necessariamente pelos cuidados corporais prodigalizados à criança (Camargos, 2008; Laplanche, 1988).

Segundo Freud (2006[1905]), os cuidados do adulto para com a criança é fonte incessante de excitação e satisfação sexuais, sobretudo porque ele contempla a criança com os sentimentos derivados de sua própria vida sexual, ou seja, acaricia, beija e embala, sendo claro que o adulto a trata como o substituto de um objeto sexual plenamente legítimo (Freud, 2006 [1905]).

Nesse processo, o adulto sedutor é introjetado como uma figura excitante interna, enquanto que outro atemorizador se transporta em medo ou angústia pulsional. No primeiro tempo da introjeção, situa-se a ruptura fundamental do recalçamento originário, que institui um modelo de desejo e sexualidade a partir de uma relação mais ou menos adaptativa (Laplanche, 1988).

As noções de zona erógena propostas por Laplanche (1988), de fonte somática da pulsão, passam a servir de apoio para a pulsão de escutar, bem como para as pulsões anal, oral e fálica, revelando que a pulsão não é um ser mítico, uma força biológica ou um conceito-limite conforme preconiza Freud, mas resulta do impacto da estimulação constante sobre o indivíduo e o Eu, exercida do interior, pelas representações-coisa recalçadas, que são designadas como objetos-fontes da pulsão. A relação da pulsão com o corpo é concebida como resultado da ação dos objetos-fontes recalçados sobre o corpo através do Eu, que transforma as zonas erógenas em lugares de precipitação e organização de fantasias (Laplanche, 1988).

Ao falar sobre pulsão, fala-se sobre sexualidade. Por sua vez, ao falar sobre sexualidade, fala-se sobre o sentido que se apoia em sensações fisiológicas e é trazido pelo outro. Ou seja, o sexual emerge da autoconservação e, posteriormente, de qualquer abalo do organismo que faça surgir a excitação sexual. Portanto, a sexualidade não encontra seu ponto de partida no

Eu, nem é prioritariamente endógena (Camargos, 2008), mas é preciso considerar que sua origem se baseia na relação da criança com o mundo exterior, o qual

vem em primeiro lugar, e todo o mundo interno, inclusive as próprias pulsões, constituem-se a partir de elementos introjetados, pinçados destas experiências. Mas ao mesmo tempo o mundo interior vem em primeiro lugar, no sentido que os fantasmas que definem as pulsões sexuais não têm medida comum com as experiências das quais são derivadas (Laplanche, 1988, p. 43).

Visto que a fonte da pulsão provém de algo externo ao psiquismo, sendo o resultado da tradução de conteúdos implantados pelo adulto, pode-se deduzir que a criança surda também possuirá pulsão de escutar. Assim, um corpo sem audição não pode conhecer o desejo de ouvir e o prazer de ser ouvido “até que o mundo externo entre no jogo pulsional como fonte de prazer e satisfação para suas necessidades” (Camargos, 2008, p. 78, 79).

Tal reflexão é derivada do trabalho de Camargos (2008) com cegos, que discorre sobre a implantação da pulsão escópica pelo adulto na criança que, desde o nascimento, não pode enxergar. Visto que tanto a surdez como a cegueira se constituem em deficiências sensoriais, que convocam outros sentidos para a apreensão de mundo, e que pouco se fala sobre a primeira na literatura psicanalítica, sobretudo, em Freud, tomamos a liberdade de transpor os achados do trabalho em questão para o caso dos surdos.

Ainda, transpondo os achados da autora para o caso da surdez, tem-se que o cuidado proporcionado pelo adulto é fonte de estímulos que dão sentido à audição, fazendo o bebê

entender que está sendo percebido, amparado, contido, amado, visto — o que faria com que esses estímulos, por seu acúmulo energético e carga afetiva, atingissem a mente do sujeito, transformando a pulsão num fenômeno sexual psíquico. Posteriormente, a estimulação, de certa forma já implantada e interpretada, poderia brotar do corpo do próprio sujeito, de qualquer órgão que lhe faça ter como objetivo mostrar-se e perceber esse outro (Camargos, 2008, p. 81).

Compreendemos que a ideia visual contida no “mostrar-se e perceber” trazida pela autora na citação acima, dá lugar ao fazer-se ouvir e o escutar em nosso trabalho. Nesse cuidado, o adulto dirige sua fala à criança com padrões específicos de entonação que servem tanto para modular afeto quanto para atrair a atenção, comunicando significados afetivos, inclusive, os

inconscientes. O adulto elege a criança como seu interlocutor, dando voz ao comportamento vocal e corporal, bem como interpretando o comportamento espontâneo daquela segundo aspectos de sua própria subjetividade. Com isso, cria-se um diálogo ilusório segundo a ação interpretativa do adulto (Brandão, 2010).

Essa ação inaugura na criança os significados de ouvir e ser ouvido, e nomeia os objetos e pessoas, implantando a sexualidade por meio de mensagens enigmáticas e sedutoras. Institui-se a base do funcionamento da pulsão de escutar, em que o falar e ser percebido emerge como objeto de interesse sexual e de amor, transpondo o ato de ouvir e ser ouvido pautado na fisiologia do sentido auditivo (Camargos, 2008).

Na situação fundamental, em que o adulto propõe à criança significantes não-verbais, verbais e comportamentais impregnados de significações sexuais inconscientes, há uma inadequação de linguagens, marcada pela inadequação da criança em relação ao adulto e deste para com o objeto-fonte que nele age (Laplanche, 1988).

Entretanto, quaisquer que sejam as diferenças de estruturas mentais, históricas e referenciais, a confusão de línguas acaba por dar lugar a alguma modalidade ordenada de correspondência e aquisição, visto que há na criança uma potencialidade natural para adentrar as várias línguas do adulto, sejam elas verbais, dos gestos, da mímica ou dos afetos. Portanto, mesmo na ausência de uma linguagem verbal, com suas lógicas e baterias significantes diferentes, “sem gramática nem dicionário, uma tal aquisição ou uma tal correspondência é perfeitamente possível” (Laplanche, 1988, p. 118).

Nos primórdios da vida, mesmo sendo incapaz de ouvir a própria voz, a criança surda chora, vocaliza e balbucia, igualmente aos ouvintes. Entretanto, não forma espontaneamente palavras ou sentenças, o que sugere que o balbucio pode ser um fenômeno bastante independente. Diante das primeiras palavras, a criança utiliza o contexto a partir de pistas visuais e, pelo tom de voz, pode indicar que compreende as coisas. Porém, à medida que cresce, seu repertório se restringe em relação à qualidade e a quantidade de sons, podendo não chegar a desenvolver o balbucio silábico. Essas etapas iniciais da linguagem são vencidas, só que de modo mais lento e imperfeito na criança surda, pois a fala pode não vir a se desenvolver. Mas isso dependerá de inúmeros fatores, inclusive do investimento narcísico por parte dos pais (Brandão, 2010).

Segundo Freud (2006 [1914]), esse investimento pode ser depreendido da atitude afetuosa dos pais para com a criança, visto que tal relação resgata a revivescência e reprodução de seu próprio narcisismo, que há muito abandonaram. A supervalorização, reconhecida como um estigma narcisista no âmbito da escolha objetal, domina a atitude

emocional dos pais, que se acham sob a compulsão de atribuir todas as perfeições ao filho, ocultando e esquecendo suas deficiências.

Além disso, sentem-se inclinados a suspender, em favor da criança, o funcionamento de todas as aquisições culturais que seu próprio narcisismo foi forçado a respeitar, e a renovar em nome dela as reivindicações aos privilégios de há muito por eles próprios abandonados. A criança terá mais divertimentos que seus pais; ela não ficará sujeita às necessidades que eles reconheceram como supremas na vida. A doença, a morte, a renúncia ao prazer, restrições à sua vontade própria não a atingirão; as leis da natureza e da sociedade serão ab-rogadas em seu favor; ela será mais uma vez realmente o centro e o âmago da criação – ‘Sua Majestade o Bebê’, como outrora nós mesmos nos imaginávamos. A criança concretizará os sonhos dourados que os pais jamais realizaram – o menino se tornará um grande homem e um herói em lugar do pai, e a menina se casará com um príncipe como compensação para sua mãe. No ponto mais sensível do sistema narcisista, a imortalidade do eu, tão oprimida pela realidade, a segurança é alcançada por meio do refúgio na criança. O amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objetal, inequivocamente revela sua natureza anterior (Freud, 2006 [1914], p. 97, 98).

No caso da criança surda, o narcisismo projetado pelos pais pode incorrer no desejo de que a criança seja capaz de ouvi-los, levando-os a ignorar os sinais de que esta não os ouve. Eles podem se prender ao fato de que a criança é tão atenta ao meio visual, que a falha em responder a estímulos auditivos dificilmente será interpretada como surdez, e sim como perda de interesse e/ou imaturidade. Muitas vezes, a criança poderá ser considerada como um bebê “bonzinho”, que dorme bastante e não é perturbada pelo barulho. Esta negação da deficiência pode ser uma forma dos pais manterem o próprio amor, o sentimento de supervalorização, a possibilidade de projetar na criança seus sonhos e salvaguardar a ilusão de segurança da imortalidade do Eu. Eles realizam interpretações das pistas verbais e não-verbais emitidas pela criança, que abrangem seu choro, sorriso, contato visual, movimentos de pernas e braços, sendo capazes de viabilizar a comunicação. Com isso, os pais mantêm o investimento

libidinal na criança, adaptando sua fala de acordo com a idade, capacidade cognitiva e desenvolvimento linguístico da criança (Brandão, 2010; Marzolla, 2010).

De acordo com Chapman (1997) citado em Brandão (2010), apesar de seus matizes, as pesquisas têm encontrado estruturas típicas da fala parental brasileira.

Quando dirigem a fala à criança pequena, os adultos, principalmente a mãe, tendem a enfatizar as palavras mais importantes na frase, costumam diminuir o ritmo da fala, utilizam frases mais curtas e simples, falam com um tom de voz mais elevado e entonação exagerada, usam mais frases interrogativas e imperativas, mais repetições, e utilizam linguagem não verbal para auxiliar a criança na compreensão do que está sendo dito [...]. Essa fala é conhecida como “*manhês*” ou “*baby-talk*” (Brandão, 2010, p. 29 - grifos da autora).

Na esfera consciente, as explicações teóricas para o adulto utilizar esse tipo específico de voz refere-se ao seu caráter facilitador frente às dificuldades linguísticas apresentadas pela criança pequena, como se tivesse a intenção de ensiná-la a falar. Além disso, haveria uma tentativa de adaptação do adulto às características da criança que ainda está por aprender a língua materna (Brandão, 2010).

“A presença do *manhês* na interação se caracteriza operacionalmente pela habilidade em perceber e responder adequadamente às necessidades e formas comunicativas da criança” (Brandão, 2010, p. 30), levando o adulto a assumir uma posição central nos eventos que marcam as experiências iniciais dessa relação. Esse investimento auxilia a criança surda a atribuir certos valores ao mundo auditivo em decorrência das mensagens que recebe pelo ouvir dos ouvintes.

No caso da surdez descoberta precocemente, os pais podem buscar elementos na criança que propiciem sua identificação com a mesma. Como consequência, procuram adaptar sua comunicação às limitações presentes nas habilidades comunicativas da criança, possibilitando a esta conhecer o mundo auditivo pela mediação de um outro que ativamente a instiga a ouvir, além de seduzi-la para uma atmosfera repleta de sons (Brandão, 2010). Os ajustes das respostas do adulto às características de interação e linguagem da criança podem estimular seu progresso comunicativo, ou ao contrário, poderá levá-la ao desejo de não querer fazer parte desse mundo auditivo. Isso demonstra que a audição é pulsional em todas as dimensões, sendo que este pulsional antecede a capacidade orgânica de ouvir e pode, mesmo, prevalecer sobre ela. No que tange ao plano autoconservativo, por ser criada em um mundo sonoro, a

criança surda aprende a ouvir em uma relação interativa, enquanto que na esfera sexual, é seduzida a ouvir em uma relação nada recíproca (Camargos, 2008).

Visto que “as contingências provocadas por qualquer deficiência colocam em evidência tanto os aspectos da teoria quanto os conflitos humanos, tornado-os visíveis” (Camargos, 2008, p. 11), a presença da surdez pode gerar alterações no processo de identificação parental com a criança, dificultando a instalação de um laço primário de base necessário à organização psíquica desta e da família. O aparelho psíquico familiar pode ficar excedido nas funções de continência¹ e siderado nas funções de elaboração, confrontando os pais com uma ruptura prematura da ilusão narcísica, o que gera falhas na manutenção, contenção, sustento físico e psíquico da criança. O impedimento da identificação primária dos pais com a criança em decorrência da surdez pode alimentar um sentimento de estranhamento. Ao mesmo tempo em que os pais experimentam o temor da perda do laço, instala-se um movimento de urgência para fazer a criança falar. (Marzolla, 2010).

Com base em pesquisas, Brandão (2010) refere que a fala dirigida a crianças com desenvolvimento atípico mostra-se mais direta e menos contextualizada semanticamente do que a fala dirigida a crianças com desenvolvimento normal. Com o número reduzido de informações proporcionadas pelo adulto a essas crianças, deixa-se de oferecer-lhes maior possibilidade de participação na interação. “Esse fato pode ser explicado por haver uma discrepância em relação ao que a criança compreende e o que ela consegue expressar, dificultando a formulação da fala por parte” do adulto “e, assim, reduzindo sua contribuição na interação” (Brandão, 2010, p. 46). Essa situação as deixa em condições diferentes para aquisição de linguagem, em relação às crianças ouvintes.

No entanto, é preciso considerar que a deficiência física não é condição fundamental para que os pais encontrem dificuldades para se identificar com a criança, mas o narcisismo daqueles pode ser ferido mesmo diante de um filho que é física e intelectualmente “normal” segundo os padrões socialmente estabelecidos. Basta a presença de alguma característica física ou traço de personalidade que não seja esperado pelos pais para que o narcisismo parental seja ferido. O contrário também pode acontecer, quando a presença de uma deficiência acentua o investimento libidinal por parte do adulto.

Frente a possíveis falhas no investimento narcísico dos sujeitos surdos pelo adulto, a psicanálise busca reinstalar a situação originária de sedução, que ocorre de maneira mais pura no contexto analítico quando comparado às circunstâncias infantis, visto que nestas últimas a

¹ Função materna primária de conter as excitações em excesso do bebê, transformando-as, mais tarde, em algo pensável, metabolizado.

situação originária “estava sempre mais ou menos mediatizada por gestos ou comportamentos sexuais” (p. 166, 167). (Laplanche, 1988). O capítulo seguinte irá discorrer brevemente sobre algumas implicações do atendimento psicanalítico a essa população.

CAPÍTULO 4: PRÁTICA CLÍNICA

Na história subjetiva de cada sujeito, a maneira como cada um se defendeu da sexualidade implantada pelo outro, bem como o conteúdo contra o qual essa defesa foi erguida, caiu no inconsciente. O trabalho da análise busca restabelecer as conexões com o recalçado que foram rompidas, embora, na maioria dos casos, a própria história do recalçamento e seu processo permaneçam desconhecidos. Nesse trabalho, não é desejável que haja o levantamento brusco do recalçamento, com o ressurgimento de lembranças surpreendentes, mas sim a reconstrução do passado (Laplanche, 1992b).

Para tanto, é preciso recolocar em jogo o originário em sua própria essência através da atualidade da situação analítica. Nela, a transferência adquire papel de suma importância, ao reproduzir e renovar a situação de sedução originária, em que a criança se vê diante de um adulto, que dá sentidos ao seu saber. A instauração dessa relação leva o sujeito ao encontro com o enigma e seu portador – o sujeito suposto saber² –, possibilitando retomar o andamento do processo de tradução e simbolização, visto que o originário não é essencialmente o que aparece primeiro, mas o que está no fundamento (Laplanche 1988, 1992b).

Segundo Laplanche (1988)

Todo o movimento de simbolização consiste em acrescentar novos significantes com a finalidade de deslocar, transpor e, assim, ligar os significantes mais traumáticos. A transferência - no sentido analítico - só pode ser o prosseguimento ou a retomada deste movimento de simbolização. A transferência seria a reabertura da transferência originária, e seu destino, por sua vez, só poderia ser de ser ela mesma transferida (Laplanche, 1988, p. 82).

² O processo analítico se inicia a partir do estabelecimento de uma transferência, em que o paciente atribui ao analista confiança, admiração e suposição consciente de um saber que este teria sobre si.

Pisetta, M.A.A.M. (2011, janeiro - julho). O sujeito suposto saber e a transferência. *Revista Digital AdVerbum*, 6(1): 64-73.

O autor ainda sustenta que, para viabilizar a renovação do traumatismo e a sedução originária, o analista deve recusar o saber que lhe é conferido, pois “é a corrida atrás do saber que sujeita e propuliona o analisando assim como propulsionou a criança” (Laplanche, 1992b, p. 168). Isso é alcançado “na medida em que [o analista] se guarda de palavras, de gestos e da atitude psíquica que poderiam produzir uma sedução de fato” (Laplanche, 1988, p. 124).

Por outro lado, o analisando deve falar e associar livremente suas ideias. Essa postura, juntamente com a escuta flutuante do analista, proporciona tratamento igual a todos os elementos do discurso, como ponto de partida possível para uma cadeia associativa, constituindo a regra fundamental da situação analítica (Laplanche, 1988). Tal regra “tende a colocar em primeiro plano a noção de manifestação privilegiada, de formação própria do inconsciente: o sonho, o lapso, o ato falho” (Laplanche, 1992a, p.224).

Ao discorrer sobre o funcionamento psíquico inconsciente, Freud (2006[1900]) ressalta, em uma nota de rodapé de sua obra *A interpretação dos sonhos*, como a linguagem insere-se nesse processo:

O Dr. Alfred Robitsek mostrou-me que os “livros de sonhos” orientais (dos quais os nossos são imitações precárias) baseiam a maioria de suas interpretações de elementos oníricos na comparação entre sons e na semelhança entre palavras. [...] O papel extraordinariamente importante desempenhado pelos jogos de palavras e trocadilhos verbais nas antigas civilizações do Oriente pode ser estudado nos textos de Hugo Winckler [o famoso arqueologista]. [...] De fato, os sonhos se acham relacionados de forma tão íntima com a expressão linguística que Ferenczi (1910) observou acertadamente que cada idioma possui sua própria linguagem onírica. É impossível, em geral, traduzir um sonho numa língua estrangeira (Freud, 2006 [1900], p. 134).

Nesse enxerto, Freud destaca a importância de que a interpretação dos sonhos seja realizada na língua de origem do analisando, visto que sua tradução para uma língua estrangeira pode acarretar em perdas significativas para a compreensão da formação de seu inconsciente. Transpondo tal raciocínio para a situação analítica, infere-se que o trabalho analítico também deve ser realizado na língua materna do sujeito.

No que tange à população surda, o analista que se propõe a atendê-la deve possuir excelente domínio da LIBRAS. Segundo Marques (2008), a aquisição dessa habilidade resulta de uma construção sistemática, que ultrapassa o conhecimento adquirido em formações específicas, devendo ser aprimorada por meio da inserção de seu aprendiz nas comunidades surdas, onde também será avaliado na habilidade de comunicação. Essa vivência possibilita ao analista adquirir aspectos culturais dos surdos, ajudando-o a se identificar com eles (Marques, 2008).

Na escuta psicanalítica, a Língua de Sinais é uma segunda língua para o analista, da mesma forma que o Português é uma segunda língua para o surdo. No decorrer da análise, ocorre sobreposição das duas línguas, produzindo atos falhos, esquecimentos, ora numa língua, ora noutra. Embora isso não constitua impedimento para o trabalho psicanalítico, o analista deve estar atento para a escuta dessa outra língua que se imiscui no discurso, pois nela sempre está uma manifestação do inconsciente (Gonçalves, 2005, p. 20).

No entanto, segundo Petrucci citada em Gonçalves (2005), o trabalho analítico com essa população suscita questionamentos quanto à maneira “como a psicanálise poderia atuar em uma língua que se utiliza da imagem, daquilo que nos é dado a ver”, bem como sobre “o que escuta um analista quando seu analisando ‘fala’ em Língua de Sinais” (Gonçalves, 2005, p. 20).

Visto que o surdo está inserido em uma lógica auditiva e que o escutar não é composto apenas pela audição, mas pelas informações provenientes dos demais sentidos, tem-se que esse sujeito pode escutar. Na situação da sedução originária, esse escutar foi implantado pelo outro, o qual tomou a criança como objeto de investimento afetivo, significando ativamente os sons. A escuta do cuidador a seu objeto narcísico de amor, a criança investida de afeto, passa a significar o fim do desamparo, uma vez que ser escutado “adquire a conotação de ser cuidado, ser admirado, ser amado. Portanto, a posição passiva da criança que recebe essas mensagens se transforma em ativa, quando ela passa a traduzi-las e a incorporá-las em seu repertório psíquico” (Camargos, 2008, p. 82).

Considerando que a análise visa reinstalar a situação originária, é preciso que o analista trabalhe de modo a implantar a pulsão de escutar. Para tanto, ele deve ouvir além, isto é, escutar as e nas entrelinhas do discurso do outro. Da mesma forma, deve buscar a verdade singular do paciente, a qual “só emergirá nas entrelinhas do discurso do analisando, aonde sua fala tropeça e se revela a partir das formações do inconsciente ou se apresenta na forma de

resistência, ou ainda quando se opera uma transformação na relação transferencial” (Silvia, 2007, s/n).

No processo de análise, tanto analista como analisando continuarão vendo, sentindo aromas e apreendendo outros elementos não-verbais, que constituem a escuta de ambos. Portanto, na esfera consciente, o surdo não escuta, mas em seu inconsciente sim. Através da comunicação gestual e das apreensões dos movimentos e expressões corpo-faciais do outro, ambos se tornam capazes de ‘ver vozes’. Considerando-se que a escuta nesse contexto é possível, a regra da escuta flutuante também se coloca para o analista que trabalha com essa população.

No desenvolvimento do trabalho analítico, a dupla tem que se entregar ao que Borges (2001) citada em Camargos (2008) denominou de escuta figural. Para a autora, enquanto o analista está em posição de escuta, surgem imagens visuais em seu funcionamento psíquico. Essas figuras são frequentes e sua sucessão ocorre como em um álbum de fotografias ou em um filme.

Na clínica com surdos, esse fenômeno encontra forte apoio nas imagens gestuais presentes na comunicação, que correspondem a reproduções das figuras da mente de seus interlocutores, desenhadas no espaço com as mãos. Na referida clínica, a escuta figural opera no intervalo entre a imagem e o gesto.

Nessa modalidade de escuta, a função imaginativa do analista toma como referência o trabalho do sonho, aproximando-se da disposição inconsciente. O sonho e a sessão analítica equiparam-se, principalmente, no que tange à visualidade neles presente. Ambos os fenômenos são espaços de elaboração psíquica e de manifestação do inconsciente. Tal relação de correspondência, que transforma imagens visuais em elementos oníricos e figurais, está presente no processo que se instala em cada análise. Por esse motivo, a escuta figural encontra-se intimamente vinculada à escuta flutuante (Camargos, 2008).

Por meio da Linguagem de Sinais, o analisando comunica o que lhe ocorre, conhece ou supõe conhecer acerca de si, compondo um relato do visível. Sua comunicação é acolhida pela escuta flutuante do analista, em cuja mente são despertadas imagens que se movem em um espaço de natureza virtual, como o do sonho. Com isso, tais imagens emprestam forma ao desconhecido, ou seja, àquilo que permanecia invisível e suspenso entre as palavras, até então. É a escuta flutuante que, ao acolher a fala do analisando e as imagens que ela suscita, opera a passagem do visível ao virtual e transforma a situação analítica em um espaço propício para o surgimento das figuras (Camargos, 2008).

“Essas figuras que surgem podem ser tanto a expressão do recalçado quanto a inscrição do inédito. Elas participam juntas da criação ou da transformação na realidade psíquica que a análise visa a promover” (Camargos, 2008, p. 119). Por outro lado, os momentos de vazio figural, em que as imagens param de surgir, ou os momentos de paralisação de seu movimento, podem indicar a manifestação de certas resistências, inclusive, as do analista. Os movimentos dessas figuras dão forma à realidade psíquica e apontam para os movimentos da própria análise, das resistências e dos avanços no tratamento, sendo a manifestação do recalçado ou do inédito (Camargos, 2008).

As imagens visuais que surgem na escuta flutuante do analista servem de matéria-prima para “constituir as metáforas que conferem à fala do analista sua potência de interpretação e são também, por vezes, elementos de uma construção que irá cerzir uma lacuna psíquica” (Leite, 2001, p. 72, 73).

Freud citado em Laplanche (1988) define interpretação como a maneira pela qual o analista se ocupa de um elemento particular do material expresso na comunicação feita pelo analisando, seja uma ideia súbita ou um ato falho. A interpretação se propõe a desarticular, de forma radical, a organização do texto manifesto, fazendo emergir cadeias associativas que formam uma rede, aparentemente, desordenada e sem correlação com a cadeia que a originou. A construção desse procedimento possibilita ligar na sequência da fantasia um certo número de elementos significantes aos quais o desejo está fixado (Laplanche, 1988).

Além de proporcionar a base para as interpretações do analista, as figuras que surgem na escuta do analista a partir das produções do analisando são os efeitos do acolhimento e do investimento da análise (Camargos, 2008).

A escuta figural acolhe e presentifica as figuras reveladoras dessa história, possibilitando novas figurações. A figurabilidade na análise dá forma e expressa os arranjos da realidade psíquica, fazendo com que esses sejam reconhecidos e se movimentem, o que permite que surjam “novas vivências, seu ingresso nos processos psíquicos e seu encadeamento na produção de novos sentidos” (Camargos, 2008, p. 119).

Para Camargos (2008), o surgimento dessas imagens é favorecido pelo divã, o dispositivo analítico que cria uma situação assimétrica corporal e perceptiva, na medida em que suspende a reciprocidade do olhar, com suas referências visuais que organizariam a sucessão de falas e silêncios. Seu uso faz com que a escuta do analista seja como uma superfície em que a fala ressoa, propiciando a ruptura da lógica discursiva e o surgimento, com as imagens, das

tonalidades afetivas. Segundo a autora, é a ruptura dessa condição que possibilita o aparecimento do pensamento visual próximo do sonho.

No entanto, é possível que o analista que trabalha com surdos faça uso desse dispositivo? Considerando que o olhar compõe a escuta do surdo, a exclusão desse sentido pelo divã impossibilitaria tanto ao analisando ‘escutar’ as colocações do analista, quanto a este de ter acesso ao que é lhe dito, sendo que a exclusão de mais de um sentido parece inviabilizar o processo analítico.

Logo, para o analista se entregar ao pensamento visual próximo ao que ocorre no sonho, ser-lhe-ia necessário incorporar às suas imagens mentais os gestos que se vão desenhando frente aos seus olhos. Seu olhar consciente estaria atento aos movimentos do analisando, mas seu olhar inconsciente seria flutuante, “de modo a dispor de seus próprios restos mnêmicos visuais de forma fragmentada e associativa” (Leite, 2001, p. 18). Portanto, na análise desses sujeitos, a audição, em sua concretude perceptiva, sai de cena e cede lugar às representações.

Por olhar consciente e olhar inconsciente, nos referimos à forma que a escuta flutuante e a escuta figural, respectivamente, assumem na análise de surdos. Devido à supressão da audição, a visão se aguça como forma de compensar a falta daquele sentido. Somado a isso, tem-se a atenção do analista, depreendida através de seu olhar atento, que destaca a importância que a pulsão escópica adquire na clínica com surdos. Segundo Camargos (2008)

(...) o desenvolvimento da pulsão escópica deve ter sua origem no outro que olha, que percebe a existência de um sujeito que se mostra. Num primeiro momento ele se mostra sem o saber, pois são os outros que o percebem. Quando for introduzido nesse circuito afetivo, ele passará a querer ser percebido, notado e reconhecido como objeto de amor, podendo se exhibir. Aí, sim, entenderá a “função” de seus olhos (Camargos, 2008, p. 85).

Apesar disso, a pulsão escópica não substitui a pulsão de escutar, visto que enquanto gesticula, o surdo demonstra preocupação em não emitir sons. Durante seu desenvolvimento, os ouvintes que integram seu círculo de vivência sinalizam quando o surdo está sendo ruidoso, levando-o à preocupação com a estética que esses sons assumem para o outro. Alguns surdos chegam a solicitar para avisá-los caso emitam sons, demonstrando que, mesmo sem escutar, sabem que estão sendo ouvidos. Incomoda-lhes o fato de saber que o som que emitem é diferente dos fonemas com os quais os ouvintes estão habituados. Sendo assim, é um aprendizado para os surdos comunicar-se e emocionar-se sem emitir sons.

Visto que suas cordas vocais encontram-se preservadas, os surdos não devem ser tidos por mudos, estando a nomenclatura surdo-mudo, tecnicamente, incorreta. Ao contrário, por meio de um trabalho fonoaudiológico, é possível que um surdo congênito seja oralizado e se comunique verbalmente, embora seus fonemas não se tornem idênticos aos de um ouvinte. O que nos interessa, nesse ponto, é marcar o caráter pulsional do escutar / ser escutado. Mesmo que o sujeito não se escute, para ele, não deixa de ser sem consequência afetiva saber-se ou não escutado, a forma pela qual é escutado e como seus sons chegam até o outro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A difusão da Psicanálise na sociedade tem aumentado a demanda pelo trabalho analítico entre os diversos setores da população. Começam a chegar aos consultórios, pessoas com estruturas psíquicas variadas, bem como necessidades socioeconômicas e de saúde distintas, exigindo do analista uma adaptação no que tange ao domínio e manejo da técnica.

Considerando que cerca de 2 milhões de brasileiros possuem surdez severa, é esperado que o analista se depare com uma dessas pessoas em sua trajetória de atuação. Os surdos congênitos ou que adquiriram a deficiência no período pré-lingual, que ocorre no início do processo de aquisição da linguagem, quando não há a memória auditiva, apresentam maior dificuldade na aquisição da linguagem oral e escrita. Consequentemente, ficam à margem da sociedade e, por vezes, acabam desenvolvendo identidade e língua próprias, não compartilhadas com o restante da população.

No que tange ao investimento narcísico dos pais, a presença da surdez no bebê pode acarretar a quebra da idealização pelos mesmos, interferindo na maneira como estes se ocupam da criança. Esse fato pode trazer implicações importantes para a formação subjetiva do sujeito, convocando outros sentidos, para além do auditivo, na constituição de seu aparelho psíquico.

Em vista do exposto, o presente trabalho procurou abordar, de forma sucinta, a questão da clínica psicanalítica com surdos, o que demanda um conhecimento prévio sobre a forma como esses sujeitos apreendem e vivenciam o mundo e o papel do outro em sua constituição psíquica.

No que tange ao primeiro aspecto, sobre como o surdo vivencia a realidade, foi preciso considerar que a surdez convoca as funcionalidades sensoriais e perceptuais visual, tátil, olfativa e gustativa para a interpretação do mundo, levando-o a interagir de forma peculiar com o entorno. Trata-se de fontes tradutoras das significações percebidas por ouvintes que

conferem ao corpo do surdo um lugar privilegiado na compreensão da comunicação humana, para além da linguagem oral.

Através das informações obtidas por meio de gestos e expressões corpo-faciais, o surdo é capaz de estruturar seu pensamento e construir uma linguagem própria, com formação gramatical completa e complexa, que caracteriza a LIBRAS. Essa linguagem apresenta uma estrutura diferente da oral, exigindo seu domínio morfológico, sintático e semântico por parte de quem a leciona.

Quanto ao segundo aspecto, a função que o outro exerce na constituição psíquica desses sujeitos, verificou-se que os elementos não-verbais estão presentes desde os primórdios da vida. Na relação de cuidado do adulto com a criança surda, aquele a toma como substituto de um objeto sexual, despertando-lhe sensações de prazer em seus órgãos, inclusive, na orelha³. Trata-se de uma relação assimétrica em que há o confronto de um psiquismo mais rico e comprometido com elementos inconscientes, e um aparelho psíquico primitivo, em formação. Nessa relação, a criança encontra-se em posição passiva frente ao adulto, sendo que esta situação lhe é traumática.

Esse fenômeno prossegue ao fechamento do inconsciente sobre si, que passa a abranger os significados sexuais enigmáticos implantados pelo adulto. Essas mensagens incluem o prazer de ouvir e ser ouvido, e aos poucos, serão recebidas e simbolizadas pela criança, ainda que seu aparelho auditivo não seja funcional.

Laplanche sustenta que a fonte da pulsão provém de conteúdos externos ao psiquismo, que são implantados pelo adulto, desconstruindo a ideia apresentada por Freud, de que a pulsão seria um conceito limite entre o somático e o psíquico.

Outra contribuição do autor se refere à elucidação daquilo que Freud denominou representação de coisa, ou, como Laplanche prefere chamar, representação-coisa. Para este, essas representações são elementos aprisionados no inconsciente, que se caracterizam por serem circulares e intraduzíveis.

Laplanche afirma que os resíduos verbais são tratados como representações-coisa no inconsciente dos ouvintes, não havendo distinção qualitativa entre os diversos conteúdos provenientes da percepção. Todos são regidos pelo processo primário, caracterizado pela livre circulação do investimento entre as representações.

³ Tal como a boca, o ânus e os genitais, que são lugares de troca onde se centralizam os cuidados do adulto, a orelha se constitui em lugar de atenção por parte do mesmo. Os cuidados de higienização das secreções da orelha proporcionam prazer à criança, erogenizando esse órgão. É possível perceber isso, por exemplo, em ações de autoerotismo, quando, paralelamente à estimulação oral pela sucção do dedo, a criança também manipula sua orelha.

Nos ouvintes, esse conteúdo inconsciente pode se tornar pré-consciente/consciente quando se liga à representação-palavra, através da linguagem verbal. No entanto, no caso dos surdos, esse processo parece ser exercido por meio do encadeamento de ideias visuais, com um sentido lógico.

O recalçamento originário das mensagens enigmáticas transmitidas pelo adulto cuidador está na gênese da estruturação psíquica tanto de ouvintes, quanto de surdos, parecendo não haver diferenças significativas entre ambos. Dessa forma, o processo psicanalítico visa reinstalar a situação originária de sedução tanto para um, como para outro, através do reestabelecimento das conexões rompidas com o recalçado.

Para isso, é necessário que a análise seja realizada na língua materna do analisando, a fim de minimizar perdas na compreensão das comunicações do inconsciente, que abrangem os atos falhos, os sonhos e os lapsos. Portanto, o analista que se propõe a trabalhar com essa população deve ter pleno domínio da LIBRAS.

Nesse trabalho, analista e analisando se entregarão, respectivamente, à escuta flutuante e à livre associação de ideias como forma de dar vazão à fluência da comunicação inconsciente. Ambos vivenciarão o processo de análise como em um sonho, entregando-se à visualidade presente nesse contexto para expressar o recalçado e inscrever o inédito, a fim de criar e transformar a realidade psíquica.

Disso depreende-se que a relação entre o visual e o inconsciente é fundamental na análise, o que parece estar facilitado no caso dos surdos, visto que estes têm como principal forma de apreensão do mundo os aspectos visuais.

Por ser fundamental para a comunicação do surdo, a supressão da visão pelo divã na prática clínica com essa população parece inviabilizar o processo analítico, pois exclui o principal sentido utilizado em sua comunicação.

Esse trabalho não intencionou esgotar o assunto, mas refletir sobre alguns aspectos do trabalho analítico com surdos. Acreditamos que as reflexões iniciadas podem servir de base para estudos posteriores que abordem a questão da surdez e a clínica psicanalítica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, K.M., & Escudeiro R.S. (2012, novembro/2013, junho). A metapsicologia: a epistemologia freudiana. *Scientia*. 1(2), 192-395. Recuperado em 13 maio, 2015, de http://www.faculdade.flucianofejiao.com.br/site_novo/scientia/servico/pdfs/2/Psicologia/Sobre_a_Metapsicologia_a_epistemologia_freudiana.pdf.
- Bisol, C., & Sperb, T.M. (2013, janeiro - março). Discursos sobre a surdez: deficiência, diferença, singularidade e construção de sentido. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26(1), 7-13.
- Bleichmar, N.M, & Bleichmar, C.L. (1992). *A psicanálise depois de Freud* (pp. 15-17). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Brandão, L.W.P. (2010). *A fala materna dirigida ao bebê surdo implantado: entre o “ouvinte suposto” e o “aprendiz ouvinte”*. Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, Brasil.
- Camargos, L. (2008). *A psicanálise do olhar: do ver ao perder de vista nos sonhos, na pulsão escópica e na técnica psicanalítica*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Camargos, L. & Belo, F (2010, abril - junho). Quando a lei é surda: um caso recente na história da relação entre psicologia e direito. *Psicologia: Teoria e Pesquisa* 26 (2), 387-392. Recuperado em 08 agosto, 2015, de <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n2/a21v26n2.pdf>.
- Dimenstein, M.D.B. (1998). O psicólogo nas Unidades Básicas de Saúde: desafios para a formação e atuação profissionais. *Estudos de Psicologia*, 3(1): 53-81.
- Freud, S. (2006 [1900]). A interpretação dos sonhos. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. IV). Rio de Janeiro: Editora Imago.
- Freud, S. (2006 [1905]). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIV). Rio de Janeiro: Editora Imago.
- Freud, S. (2006 [1914]). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIV). Rio de Janeiro: Editora Imago.
- Freud, S. (2006 [1915a]). O inconsciente. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIV). Rio de Janeiro: Editora Imago.
- Freud, S. (2006 [1915b]). Instintos e suas vicissitudes. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIV). Rio de Janeiro: Editora Imago.
- Freud, S. (2006 [1923]). O Ego e o Id. In: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (Vol. XIX). Rio de Janeiro: Editora Imago.
- Gonçalves, P.C.S. (2005, junho - dezembro). Psicanálise e surdez. *Arqueiro*, 12: 17-21.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo Demográfico 2010: Tabulação avançada. Resultados preliminares da amostra*. Recuperado em 29 março, 2015, de <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/08052002tabulacao.shtm>.
- Lacan, J. (1966). *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Laplanche, J. (1985). *Vida e morte em psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas.

- Laplanche, J. (1988). *Teoria da sedução generalizada e outros ensaios*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Laplanche, J. (1992a). Problemáticas IV: o inconsciente e o Id. In: Laplanche, J & Leclaire. *O inconsciente e o Id: seguido de: O inconsciente: um estudo psicanalítico* (Cap. 1-2, pp. 1-214). [Tradução Álvaro Cabral]. São Paulo: Martins Fontes.
- Laplanche, J. (1992b). *Novos fundamentos para a psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Leite, E.B.P. *A figura na clínica psicanalítica*. São Paulo: Casa do psicólogo, 2001.
- Marques, R.R. (2008). *A experiência de ser surdo: uma descrição fenomenológica*. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.
- Marzolla, A.C. (2010). *O pai e seu filho surdo: um olhar psicanalítico*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Mezan, R. (2014). Paradigmas e matrizes clínicas. In: Mezan, R. *O tronco e os ramos: estudos de história da psicanálise* (Cap. 2, pp. 56-88). São Paulo: Companhia das Letras.
- Nunes, L.M. (2004). *A escrita em gesto: um caso de surdez*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1998). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Sandler, J. (et. al.). (1989). *Projeção, identificação, identificação projetiva*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Santos, G.S.; Silveira, M.S.; Aluísio, S.M. (2009). Produção de textos paralelos em língua portuguesa e uma interlíngua de LIBRAS. *Anais do XXXVI Seminário Integrado de Software e Hardware (SEMISH) da Sociedade Brasileira de Computação*, 1: 371-385.
- Schorn, M. (2003). *La capacidad en la discapacidad*. Soderá, discapacidad intelectual, sexualidad y autismo. Concepciones psicológicas. Buenos Aires: Lugar Editorial.
- Silva, M.V.L. (2007). *A Escuta Analítica - A Diferença entre Ouvir e Escutar*. Recuperado em 10 agosto, 2015, ano, de http://www.portaldapsique.com.br/Artigos/Escuta_Analitica_a_diferenca_entre_ouvir_e_escutar.htm
- Skliar, C. (et al.). (1998). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 3 ed.
- Vieira, S.S. (2011). *Mobilizando-se para resgatar vidas através do implante coclear: a experiência da família da criança com deficiência auditiva*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil.